

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Divisão de Acompanhamento

Instituidor: LUIZA RAIMUNDA DAMASCENO DA SILVA
CPF: 003.129.751-04 - **Matrícula:** 14004607
Tipo de Ato: PENSÃO CIVIL - **Processo:** 60000450/2011
Cargo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Classe Especial - Padrão II
Número do Ato: 010107-8
Órgão de Origem: Sec. de Estado de Saúde (SES)

Senhor Diretor

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de pensão civil instituída pela servidora em epígrafe.

O Controle Interno não identificou impropriedades na análise de sua alçada, razão pela qual opinou pela legalidade da presente concessão.

Cotejando os dados do ato em comento com registros do SIGRH | SIAPE não se verificou nenhuma incompatibilidade relevante em relação aos registros lançados no SIRAC.

A regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07.

No SIRAC, Aba "Dados da Concessão", foram identificados dois lançamentosequivocados:

- a) a data do ingresso no serviço público deveria ser 24/02/65 e não 10/12/65; e
- b) a fundamentação legal do ato deveria ser: "*Artigo 40, §§7º, inciso I, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com os artigos 29, inciso I, 30 e 51 da Lei Complementar nº 769/08*" - Pensão concedida a beneficiário de servidor aposentado, que NÃO reunia os requisitos estabelecidos no art. 3º da EC 47/05. Cálculo pelo valor do último provento, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência. Sem paridade com o serviço ativo (415)", no lugar de "*Artigo 40, §§7º, inciso I, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03*" - Pensão civil instituída por servidor(a) inativo(a) que NÃO reunia os requisitos estabelecidos no art. 3º da EC 47/05. Óbito a partir de 20/02/04. Cálculo pelo valor do último provento, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência. Sem paridade com o serviço ativo (146)".

Registra-se que o ato já havia sido publicado com a fundamentação correta, sendo necessária a correção da fundamentação apenas no SIRAC.

Registra-se ainda que, na Aba "Histórico", haviam sido registradas todas as decisões constantes do Processo nº 4294/90, referente à aposentadoria da servidora. Entretanto, apenas a última decisão desses autos, de nº 9007/98, declara a legalidade da concessão e também da respectiva revisão. Além disso, foi registrado equivocadamente como processo de revisão o de nº 3342/99, o qual em verdade trata de auditoria de proventos e pensões realizada pelo Tribunal. Assim, essa Aba precisava ser corrigida, pois tanto para a Aposentadoria como para a Revisão, os dados a serem registrados são: Decisão nº 9007/98, Processo nº 4294/90 e Sessão nº 3379, de 12/11/98.

Ademais, necessário retificar o ato concessório e fazer os devidos ajustes na Aba "Dados da Concessão" para corrigir o cargo da instituidora. Ela aposentou como Analista de Administração Pública, cargo que passou a denominar-se Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, pela Lei nº 4.517/2010. Merece ressalva o fato de que no SIGH, no contracheque referente ao mês do óbito, consta a servidora como Especialista e na Aba "Proventos" as parcelas já estão de acordo com a correta classificação da ex-servidora.

Em razão do exposto, o e. Tribunal, por meio da Decisão nº 1062/15, determinou que a SES:

"I – retifique o ato concessório para alterar o cargo da ex-servidora para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e substituir a alínea a do inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112/90 pelo inciso IV do art. 12 da LC nº 769/08, com a redação dada pela LC nº 818/09; II – na aba Dados da Concessão, do SIRAC: a) altere a data de ingresso da ex-servidora no serviço público para 24.02.65; b) altere o fundamento legal do ato concessório para “Artigo 40, §§7º, inciso I, e 8º, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com os artigos 29, inciso I, 30 e 51 da Lei Complementar nº 769/08” - Pensão concedida a beneficiário de servidor aposentado, que NÃO reunia os requisitos estabelecidos no art. 3º da EC 47/05. Cálculo pelo valor do último provento, com glosa de 30% do valor excedente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência. Sem paridade com o serviço ativo (415); c) registre a retificação determinada no item I; III – na aba Histórico, do SIRAC, registre, tanto para a aposentadoria quanto para a revisão, a Decisão nº 9.007/98, o Processo nº 4.294/90 e a Sessão nº 3.379, de 12.11.98, excluindo os demais processos e decisões".

Com relação à determinação constante do item I, observou-se que o ato foi devidamente retificado, conforme cópia do DODF em anexo. Entretanto, deixou-se de corrigir a fundamentação na Aba "dados dos Beneficiários".

Com relação ao item II, alíneas "a", "b" e "c", verificou-se também que houve o devido atendimento às determinações. Entretanto, o item II-a solicitava a alteração da data de ingresso apenas no serviço público para 24/02/65. Ocorre que o jurisdicionado também alterou esse ingresso no cargo e na carreira. Assim, a Aba "Dados da Concessão", precisava ser corrigida para que os ingressos no cargo e na carreira voltassem a ser

10/12/65.

A diligência contida no item III foi atendida a contento.

Em razão do exposto, sugeriu-se a realização de nova diligência para que o jurisdicionado adotasse as seguintes providências no SIRAC:

- a) alterar, na Aba "Dados da Concessão", os campos "ingresso no cargo" e "ingresso na carreira" para 10/12/65; e
- b) ajustar, na Aba "Dados dos Beneficiários", o campo "Fundamento Legal" ao fundamento constante no ato retificado em 22/06/15.

Verifica-se que a diligência foi atendida a contento.

Em razão do exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I) ter por cumprida a Decisão nº 1062/15;
- II) considerar **legal** do ato de pensão civil em comento, ressaltando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07; e
- III) autorizar o arquivamento do Processo nº 34.563/14.

À consideração superior.

Brasília, 04 de Abril de 2016

LIANA RESENDE BRANDÃO - Mat. nº 4103

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 13:09:32 - 08/04/2016